

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Informática S.A. (“Companhia”), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de cinco unidades no município de Curitiba – PR, uma unidade no município de Ilhéus – BA, duas controladas diretas, uma em Manaus – AM e outra em Ilhéus – BA, e uma controlada indireta em São Paulo – SP. Em dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fuego S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai.

Tem como atividades preponderantes: a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas

demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas diretas Positivo Informática da Amazônia Ltda., Positivo Informática da Bahia Ltda., Crounal S.A., e indireta Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., foram consolidadas integralmente. Para o empreendimento controlado em conjunto, Informática Fueguina S.A. foi utilizado o método de consolidação proporcional.

	Participação %	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100	100
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100	100
Crounal S.A.	100	-
Controlada Indireta		
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100	100
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50	50

2.4. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.5.1. Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.5.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.6. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

2.6.1. A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são

mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.9. Subvenções governamentais

Subvenção para investimentos e para custeio: conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.

Tanto a subvenção para custeio quanto a subvenção para investimento são computadas no resultado como receita na conta “Impostos e Contribuições”.

2.10. Acordos de pagamentos baseados em ações

2.10.1. Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data

da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 29.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Opções Outorgadas Reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

2.11. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.11.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Controladora e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.11.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em “joint ventures”, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativo originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças

temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.11.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

2.12. Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13. Ativos intangíveis

2.13.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.13.2. Ativos intangíveis gerados internamente – gastos com desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.13.3. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.16.1. Garantias

As provisões para o custo esperado com a garantia de vendas são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

2.16.2. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 – Receita (equivalente ao CPC 30).

2.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.18. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

2.18.1. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.18.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado, o valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 28.

2.18.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

2.18.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou

- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.18.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro

transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência.

2.19. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.19.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio

2.19.2. Instrumento de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.19.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.19.3.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e

- é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 28.

2.19.3.2. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.19.3.3. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 28 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de contas a receber e fornecedores. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício, na rubrica de “Resultado financeiro”.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10% ao ano, a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - “ANBID”.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs ¹
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros ¹
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos Financeiros ²
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 ³
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12. ²
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos. ²
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. ²

IFRS 11 – Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. ²
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa. ²
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. ²
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. ²
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. ²

¹ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

² Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

³ Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

- A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.
- O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a

IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o período anual com início em 1º de janeiro de 2013 e que a adoção da nova Norma tenham um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

As modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Companhia relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas (ver nota explicativa nº 5). No entanto, caso a Companhia realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

Modificação da IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs) que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRSs não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção antecipada é permitida desde que essas cinco normas sejam adotadas antecipadamente ao mesmo tempo.

A administração da Companhia espera que essas cinco normas sejam adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013. A adoção dessas cinco normas pode ter um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas. A adoção da IFRS 11 poderá resultar em alterações na contabilização da entidade controlada em conjunto da Companhia atualmente contabilizada pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, uma entidade controlada em conjunto poderá ser classificada como uma operação conjunta ou joint venture, de acordo com os direitos e as obrigações das partes do acordo de participação. No entanto, os dirigentes da empresa ainda não efetuaram uma análise detalhada do impacto da aplicação dessas Normas. Por conseguinte, ainda não quantificaram o alcance do impacto.

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor

justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

A administração da Companhia espera que a IFRS 13 seja adotada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013 e a adoção dessa nova norma poderá resultar em montantes reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações são adotadas nos períodos contábeis futuros.

As Modificações da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos

e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa, exceto em determinadas circunstâncias. A Administração da Companhia não espera que essas modificações à IAS 19 tenham efeito sobre as divulgações da Companhia já que a mesma não oferece planos de benefícios definidos aos seus empregados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Recuperação de ativo intangível gerado internamente

Durante o exercício, a Administração revisa a recuperação do ativo intangível da Companhia gerado internamente, oriundo de vários projetos, não tendo identificado a necessidade de reconhecimento de provisões para perda na recuperação dos referidos intangíveis nos anos de 2011 e 2010.

3.1.2. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.173 (R\$14.173 em 31 de dezembro de 2010) e pela avaliação da Administração não foi necessário registrar provisão para perda do valor recuperável nos anos de 2011 e 2010. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 13.b.

3.1.3. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório.

3.1.4. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 28, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2. Conversão para moeda de apresentação das demonstrações financeiras

Os resultados e os balanços patrimoniais das investidas no exterior são convertidos para a moeda de apresentação por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço;
- b) O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio inicial durante o período corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas;
- c) As receitas e despesas para cada demonstração do resultado são convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações;
- d) As variações cambiais resultantes dos itens (b) e (c) acima são reconhecidas na conta de ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	-	3	-	3
Bancos	8.453	6.709	15.487	6.935
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	137.594	82.879	141.220	82.879
	<u>146.047</u>	<u>89.591</u>	<u>156.707</u>	<u>89.817</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	406.701	441.886	487.476	446.060
Vencidos até 30 dias	32.261	53.795	34.548	53.839
Vencidos de 31 a 60 dias	7.075	15.233	7.314	15.233
Vencidos de 61 a 90 dias	3.311	31.956	3.311	32.107
Vencidos de 91 a 180 dias	4.357	46.786	4.587	47.095
Vencidos de 181 a 360 dias	11.680	25.833	11.786	25.853
Vencidos há mais de 361 dias	24.078	15.965	24.475	15.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.266)	(7.702)	(8.675)	(7.776)
(-) Ajuste a valor presente	(2.046)	(5.139)	(2.663)	(5.394)
	<u>479.151</u>	<u>618.613</u>	<u>562.159</u>	<u>622.983</u>

5.1. Contas a receber de clientes

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 41.011 (R\$ 144.215 em 31 de dezembro de 2010), com uma provisão de R\$ 948 registrada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possui contratos de cessão de crédito para antecipação de recebíveis. O montante da antecipação em aberto em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 185.223, que foi registrado na rubrica de empréstimos e financiamento e liquidado de acordo com o vencimento das faturas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui R\$ 10.743 (R\$ 12.984 em 31 de dezembro de 2010) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R\$ 5.612 registrados no contas a receber de curto prazo (R\$ 12.107 em 31 de

dezembro de 2010). O montante de R\$ 5.131 (R\$ 877 em 31 de dezembro de 2010) foi registrado no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 74% do montante a receber em 31 de dezembro de 2011, cerca de 82% em 31 de dezembro de 2010), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 8.675 (R\$ 7.776 em 31 de dezembro de 2010).

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Até 30 dias	32.261	53.795	34.548	53.839
31 a 60 dias	7.075	15.197	6.908	15.197
61 a 90 dias	3.311	31.816	3.311	31.902
91 a 180 dias	4.262	46.501	4.492	46.804
181 a 360 dias	11.272	24.207	11.378	24.225
acima de 361 dias	16.315	10.350	16.709	10.350
	<u>74.496</u>	<u>181.866</u>	<u>77.346</u>	<u>182.317</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	7.702	6.603	7.776	6.607
Constituição/(Reversão) líquida sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	564	1.099	899	1.169
	<u>8.266</u>	<u>7.702</u>	<u>8.675</u>	<u>7.776</u>

6. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Materiais	273.102	373.710	291.638	385.576
Produtos	112.224	127.458	141.852	129.796
Importações em andamento	28.778	46.261	39.429	59.208
Adiantamentos a fornecedores	9.950	1.117	13.772	1.117
Licenças de uso	1.235	6.695	1.490	8.225
Provisão para estoques	(72.978)	(42.632)	(76.445)	(42.730)
	<u>352.311</u>	<u>512.609</u>	<u>411.736</u>	<u>541.192</u>

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos

estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses. A Administração revisou o processo de cálculo de suas estimativas e registro da referida provisão conforme descrito na nota 23.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	43.205	38.460	43.435	38.648
Imposto de renda	29.283	17.301	29.426	18.687
IPI	9.870	4.240	9.875	4.246
COFINS	6.124	36.949	6.300	37.036
Contribuição social	3.971	8.949	4.557	10.439
Outros impostos a recuperar	3.373	1.004	4.946	901
PIS	2.334	8.568	2.383	8.598
	98.160	115.471	100.922	118.555
Parcela no circulante	58.749	115.471	61.511	118.555
Parcela no não circulante	39.411	-	39.411	-

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- (iii) Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$ 215.465 (R\$ 250.460 em 31 de dezembro de 2010), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda – Impostos e Contribuições, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 29.706 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 32.651 em 31 de dezembro de 2010), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em

contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia revisou a expectativa de realização do ICMS e reclassificou o montante de R\$ 38.372 para o longo prazo.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.
- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

A Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo aumente em montante superior à capacidade de sua realização.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesa antecipada (a)	26.773	14.163	26.773	14.163
Depósitos judiciais	8.438	4.862	8.485	4.906
Arrendamento mercantil financeiro (b)	5.131	877	5.131	877
Empréstimos concedidos (c)	-	3.332	-	3.332
Juros a apropriar	95	1.792	95	1.792
Outros	1.400	1.030	2.455	1.108
	41.837	26.056	42.939	26.178
Parcela no circulante	30.678	16.213	31.689	16.243
Parcela no não circulante	11.159	9.843	11.250	9.935

- a) Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 16.084 (R\$ 14.163 em 31 de dezembro de 2010), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até 2014 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.
- b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui R\$ 10.743 (R\$ 12.984 em 31 de dezembro de 2010) referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, dos quais R\$ 5.612 foram registrados no contas a receber de curto prazo (R\$ 12.107 em 31 de dezembro de 2010). O montante de R\$ 5.131 (R\$ 877 em 31 de dezembro de 2010) foi registrado no longo prazo.
- c) No exercício de 2010 a Companhia realizou operações de mútuo com a BGH Uruguay S.A., que faz parte do grupo com o qual a Companhia compartilha o controle da Informática Fueguina S.A.. A remuneração da transação era de variação do dólar norte-americano mais 1,5% ao ano, e tinha vencimento em 31 de dezembro de 2011, data em que o referido empréstimo foi quitado pela devedora.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais

	Controladora (BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	440 (a)	61	1	525	61 (f)	-	-
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	110	200 (a)	-	47	112	107	4.709	5.208 (j)
Editora Positivo Ltda.	3.383	256 (a)	81	28 (d)	8.655	5.064 (c)	617	713 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	60	46 (a)	193	148	73	115 (b)	730	749 (b)
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	861	582 (e)	-	-	9.720	6.759 (e)
	3.553	942	1.196	806	9.365	5.347	15.776	13.429
Não circulante								
Positivo Informática da Bahia Ltda.	15.558	14.805 (k)	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	1.384	4.528 (g)	3.471	28.565 (i)	7.430	16.295 (h)	18.764	113.297 (i)
	16.942	19.333	3.471	28.565	7.430	16.295	18.764	113.297
	20.495	20.275	4.667	29.371	16.795	21.642	34.540	126.726

a) Venda de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes. A Companhia realiza vendas de micro computadores para todas as partes relacionadas.

Gráfica e Editora Posigraf S.A.

b) Produtos e serviços gráficos

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia.

Editora Positivo Ltda.

c) Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados “Portal Positivo” e “Portal Aprende Brasil”, aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao “Portal Positivo” para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao “Portal Aprende Brasil” para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao “Portal Positivo” no montante de R\$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao “Portal Aprende Brasil” de R\$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais. Estes serviços editoriais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

Rosch Administradora de Bens Ltda.

e) Aluguel

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 861. O valor é reajustado anualmente conforme aditivos contratuais e em função de ampliação das áreas construídas proporcionando aumento da capacidade produtiva, benfeitorias realizadas pela locadora e extensão do prazo de contrato de locação.

Centro de Estudos Superiores Positivo

f) Convênio

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

Positivo Informática da Amazônia Ltda.

g) Mútuo

A Companhia mantém operações de mútuo com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de capital de giro sem prazo definido para encerramento. Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve cobrança de encargos sobre os saldos.

h) Venda

A Controladora mantém vendas para as Controladas de insumos para produção.

i) Compra

A Controladora mantém compra de produtos acabados da Controlada para posterior revenda a clientes.

Sociedade Educacional Positivo Ltda.

j) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda.. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Positivo Informática da Bahia Ltda.

k) Mútuo

A Companhia realizou operações de mútuo com a Positivo Informática da Bahia Ltda. com a finalidade de viabilizar a aquisição da Boreo Equipamentos de Informática Ltda., e cumprir com todas as obrigações de suas controladas. Nos exercícios de 2011 e 2010 não houve a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

Partes relacionadas não consolidadas

O saldo consolidado a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 16.607 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2011) e refere-se a transações de compra e venda de produtos e insumos que a Companhia e suas controladas mantém com partes relacionadas não consolidadas.

Remuneração da Administração

O montante reconhecido até 31 de dezembro de 2011, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 7.729 (R\$ 12.112 em 31 de dezembro de 2010). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2011 aprovou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.000 (R\$ 14.900 no exercício de 2010).

Controladora (BR GAAP)	
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011
	31/12/2010
Benefícios de curto prazo	7.723
Pagamento baseados em ações	6
	7.729
	12.112

10. INVESTIMENTOS

Controladora (BR GAAP)						
	Saldo em 31/12/2010	Resultado de equivalência patrimonial	Integralização de capital	Transferência	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2011
<u>Investimentos</u>						
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a) 37.620	6.878	-	-	-	44.498
Outros Investimentos	4.660	-	-	(4.660)	-	-
	<u>42.280</u>	<u>6.878</u>	<u>-</u>	<u>(4.660)</u>	<u>-</u>	<u>44.498</u>
<u>Provisão para passivo a descoberto</u>						
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) (2.683)	(934)	-	-	-	(3.617)
Crounal S.A.	(c) -	(399)	1	-	(47)	(445)
	<u>(2.683)</u>	<u>(1.333)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(47)</u>	<u>(4.062)</u>

Controladora (BR GAAP)					
	Saldo em 31/12/2009	Resultado de equivalência patrimonial	Outras adições	Transferência	Saldo em 31/12/2010
<u>Investimentos</u>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a) 16.017	21.603	-	-	37.620
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) 10	(2.693)	-	2.683	-
Outros Investimentos	1.641	-	3.019	-	4.660
	<u>17.668</u>	<u>18.910</u>	<u>3.019</u>	<u>2.683</u>	<u>42.280</u>
<u>Provisão para passivo a descoberto</u>					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) -	-	-	(2.683)	(2.683)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.683)</u>	<u>(2.683)</u>

Participação em controladas

a) Positivo Informática da Amazônia Ltda.

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os

serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

b) Positivo Informática da Bahia Ltda.

Em 08 de abril de 2008 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

c) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai. O capital social desta controlada é de R\$ 1.

11. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO EM CONJUNTO (“JOINT VENTURE”)

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma Joint Venture com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima (“BGH”), a qual terá por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da Joint Venture, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fueguina S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou um ganho decorrente de prêmio na integralização de capital, realizada pelo outro acionista – BGH Argentina, no empreendimento controlado em conjunto, Informática Fueguina S.A., registrado na conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo do investimento no início do exercício	21	-
Integralização de capital e prêmio na integralização	16.572	21
Resultado da equivalência patrimonial	9.753	-
Ajuste acumulado de conversão	804	-
Saldo do investimento no final do exercício	27.150	21

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valores contábeis de :					
Máquinas e equipamentos	10%	32.507	31.044	36.372	31.577
Benfeitorias s/ imóvel locado	10%	12.506	8.612	13.006	9.146
Hardware	20%	12.097	6.417	12.371	6.675
Móveis e utensílios	10%	3.564	3.656	4.148	3.729
Instalações industriais	10%	3.070	2.527	3.226	2.705
Edificações	5%	1.693	1.773	1.693	1.773
Outros imobilizados	10%	360	2.568	2.606	3.043
		65.797	56.597	73.422	58.648

Controladora (BR GAAP)							
Custo	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/ imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edificações	Outros imobilizados
Custo do imobilizado em 31/12/2009	25.668	5.329	8.390	4.168	2.379	2.000	6.609
Adições	11.137	4.975	3.384	1.171	1.073	-	-
Baixas	(25)	-	-	-	-	-	(3.058)
Outros	986	24	6	6	(39)	-	(983)
Custo do imobilizado em 31/12/2010	37.766	10.328	11.780	5.345	3.413	2.000	2.568
Adições	4.769	4.253	6.870	455	618	-	-
Transferências	681	839	5.051	7	287	-	(2.205)
Baixa	-	-	(1.574)	-	-	-	-
Custo do imobilizado em 31/12/2011	43.216	15.420	22.127	5.807	4.318	2.000	363
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável							
Depreciação acumulada em 31/12/2009	(3.729)	(1.098)	(3.721)	(1.233)	(579)	(147)	-
Despesas de depreciação	(2.993)	(618)	(1.643)	(456)	(307)	(80)	-
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.722)	(1.716)	(5.364)	(1.689)	(886)	(227)	-
Despesas de depreciação	(3.987)	(1.198)	(4.666)	(554)	(362)	(80)	(3)
Depreciação acumulada em 31/12/2011	(10.709)	(2.914)	(10.030)	(2.243)	(1.248)	(307)	(3)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2011	32.507	12.506	12.097	3.564	3.070	1.693	360

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
Custo	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias s/ imóvel locado	Hardware	Móveis e utensílios	Instalações industriais	Edificações	Outros imobilizados
Custo do imobilizado em 31/12/2009	26.314	5.329	8.761	4.254	2.594	2.000	7.156
Adições	10.624	5.527	3.417	1.178	1.083	-	470
Transferência	1.528	24	6	6	(39)	-	(1.525)
Baixas	(25)	-	-	-	-	-	(3.058)
Custo do imobilizado em 31/12/2010	38.441	10.880	12.184	5.438	3.638	2.000	3.043
Adições	8.282	4.275	6.976	1.024	619	-	2.238
Transferências	681	839	5.051	7	287	-	(2.205)
Baixa	-	-	(1.574)	-	-	-	-
Custo do imobilizado em 31/12/2011	47.404	15.994	22.637	6.469	4.544	2.000	3.076
Depreciação acumulada a redução ao valor recuperável							
Depreciação acumulada em 31/12/2009	(3.806)	(1.098)	(3.793)	(1.244)	(604)	(147)	-
Despesas de depreciação	(3.058)	(636)	(1.716)	(465)	(329)	(80)	-
Depreciação acumulada em 31/12/2010	(6.864)	(1.734)	(5.509)	(1.709)	(933)	(227)	-
Despesas de depreciação	(4.168)	(1.254)	(4.757)	(612)	(385)	(80)	(470)
Depreciação acumulada em 31/12/2011	(11.032)	(2.988)	(10.266)	(2.321)	(1.318)	(307)	(470)
Valor líquido do imobilizado em 31/12/2011	36.372	13.006	12.371	4.148	3.226	1.693	2.606

13. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valores contábeis de :					
Projetos de desenvolvimento	33%	38.647	24.517	40.076	24.517
Projetos sistema - ERP	20%	23.808	27.770	23.808	27.770
Licenças de uso	20%	2.192	116	2.192	116
Software	20%	5.950	3.539	5.957	3.560
Outros	-	-	-	3.044	1.173
Ágio em controlada	-	-	-	14.173	14.173
		70.597	55.942	89.250	71.309

Controladora (BR GAAP)					
	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Total
Custo					
Custo do intangível em 31/12/2009	37.666	32.088	5.289	2.891	77.934
Adições	12.359	5.521	-	3.527	21.407
Baixas	-	-	(862)	-	(862)
Transferências	1.258	-	(1.526)	-	(268)
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.418	98.211
Adições	27.236	2.270	3.125	4.842	37.473
Transferências	(1.574)	1.574	-	-	-
Custo do intangível em 31/12/2011	76.945	41.453	6.026	11.260	135.684
Amortização					
Amortização acumulada em 31/12/2009	(18.391)	(2.909)	(1.352)	(1.823)	(24.475)
Despesas de amortização	(8.375)	(6.930)	(1.433)	(1.056)	(17.794)
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.879)	(42.269)
Despesas de amortização	(11.532)	(7.806)	(1.049)	(2.431)	(22.818)
Amortização acumulada em 31/12/2011	(38.298)	(17.645)	(3.834)	(5.310)	(65.087)
Valor líquido do intangível em 31/12/2011	38.647	23.808	2.192	5.950	70.597

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Projetos de desenvolvimento	Projetos sistema - ERP	Licenças de uso	Software	Outros	Ágio em controlada
Custo						
Custo do intangível em 31/12/2009	37.666	32.088	5.289	2.926	2.151	14.173
Adições	12.359	5.521	-	3.534	-	-
Baixa	-	-	(862)	-	-	-
Transferências	1.258	-	(1.526)	-	-	-
Custo do intangível em 31/12/2010	51.283	37.609	2.901	6.460	2.151	14.173
Adições	27.235	2.270	3.125	4.842	3.721	-
Transferências	(144)	1.574	-	-	(1.430)	-
Custo do intangível em 31/12/2011	78.374	41.453	6.026	11.302	4.442	14.173
Amortização						
Amortização acumulada em 31/12/2009	(18.391)	(2.909)	(1.352)	(1.832)	(547)	-
Despesas de amortização	(8.375)	(6.930)	(1.433)	(1.068)	(431)	-
Amortização acumulada em 31/12/2010	(26.766)	(9.839)	(2.785)	(2.900)	(978)	-
Despesas de amortização	(11.532)	(7.806)	(1.049)	(2.445)	(420)	-
Amortização acumulada em 31/12/2011	(38.298)	(17.645)	(3.834)	(5.345)	(1.398)	-
Valor líquido do intangível em 31/12/2011	40.076	23.808	2.192	5.957	3.044	14.173

a) Gastos com Desenvolvimento de Projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2014. A obrigação de investimentos relativa ao exercício findo em 31

de dezembro de 2011 foi de R\$ 48.111. De janeiro a dezembro de 2011 foram investidos R\$ 45.938 e a totalidade da obrigação deve ser cumprida até o primeiro trimestre de 2012. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

O investimento refere-se principalmente ao Projeto Portal Educacional, sendo que a amortização do mesmo foi fixada substancialmente em 3 anos com base no histórico de vida útil.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

b) Ágio

Em dezembro de 2009 a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 11,72% ao ano.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores - mercado externo	131.769	133.133	161.132	152.663
Fornecedores - mercado interno	66.472	72.376	79.734	75.062
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	38.842	22.886	42.271	24.090
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.420)	(1.862)	(1.420)	(1.862)
	<u>235.663</u>	<u>226.533</u>	<u>281.717</u>	<u>249.953</u>

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias.

15. EMPRÉSTIMOS

		Taxa	Taxa swap	Vencimento	Garantias	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		contratual	em % CDI			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ao custo amortizado									
Passivo Circulante									
Capital de Giro		2,2783% aa + VC	96,89%	11/3/2012	Nota promissória	28.300	-	28.300	-
Capital de Giro		2,28% aa + VC	97,00%	22/2/2012	Nota promissória	26.153	-	26.153	-
Capital de Giro		2,88% aa + VC	100,90%	23/3/2012	Nota promissória	17.950	-	17.950	-
Capital de Giro		2,24% aa + VC	97,70%	15/2/2012	Nota promissória	17.541	-	17.541	-
Capital de Giro		2,78% aa + VC	98,94%	15/3/2012	Nota promissória	15.956	-	15.956	-
Capital de Giro		2,57% aa + VC	95,55%	29/2/2012	Nota promissória	14.108	-	14.108	-
Capital de Giro		2,80% aa + VC	100,60%	19/3/2012	Nota promissória	11.582	-	11.582	-
Capital de Giro		2,57% aa + VC	96,90%	27/2/2012	Nota promissória	10.943	-	10.943	-
Capital de Giro		2,90% aa + VC	100,50%	26/3/2012	Nota promissória	10.765	-	10.765	-
Capital de Giro		2,40% aa + VC	92,79%	6/2/2012	Nota promissória	8.683	-	8.683	-
Capital de Giro		2,29% aa + VC	95,98%	9/1/2012	Nota promissória	8.546	-	8.546	-
Capital de Giro		2,40% aa + VC	91,98%	3/2/2012	Nota promissória	8.118	-	8.118	-
Capital de Giro		2,01% aa + VC	95,10%	13/2/2012	Nota promissória	7.685	-	7.685	-
Capital de Giro		1,98% aa + VC	95,30%	8/2/2012	Nota promissória	7.339	-	7.339	-
Capital de Giro		2,78% aa + VC	98,50%	16/3/2012	Nota promissória	6.530	-	6.530	-
Capital de Giro		3,00% aa + VC	100,00%	5/3/2012	Nota promissória	4.642	-	4.642	-
Capital de Giro		2,4% a.a.	N/A	26/3/2012	Nota promissória	-	-	14.073	-
Capital de Giro		3,8% a.a.	N/A	8/3/2012	Nota promissória	-	-	8.487	-
Capital de Giro		4,05% a.a.	N/A	16/4/2012	Nota promissória	-	-	4.697	-
Capital de Giro		2,78% aa + VC	98,94%	15/3/2012	Nota promissória	-	-	4.610	-
Capital de Giro		2% a.a.	N/A	24/1/2012	Nota promissória	-	-	3.772	-
Capital de Giro		2,5% a.a.	N/A	6/4/2012	Nota promissória	-	-	3.757	-
Capital de Giro		2% a.a.	N/A	13/1/2012	Nota promissória	-	-	3.019	-
Capital de Giro		3,00% aa + VC	100,00%	5/3/2012	Nota promissória	-	-	2.440	-
Capital de Giro		2,12% a.a.	N/A	18/1/2012	Nota promissória	-	-	2.083	-
Capital de Giro		2% a.a.	N/A	3/2/2012	Nota promissória	-	-	1.888	-
Capital de Giro		1,99% a.a.	N/A	13/1/2012	Nota promissória	-	-	1.512	-
Capital de Giro		2,07% a.a.	N/A	17/1/2012	Nota promissória	-	-	947	-
Capital de Giro		2% a.a.	N/A	6/1/2012	Nota promissória	-	-	567	-
Capital de Giro	Libor 0,3% + 0,777% a.a. + VC		91,28%	11/2/2011	Nota promissória	-	49.794	-	49.794
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		90,00%	18/2/2011	Nota promissória	-	34.668	-	34.668
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		92,30%	21/2/2011	Nota promissória	-	20.901	-	21.358
Capital de Giro	0,9343 % a.a. + VC		91,00%	25/2/2011	Nota promissória	-	15.638	-	15.638
Arrendamento Mercantil (a)	CDI+3,80% a.a.		N/A	36 meses	-	-	764	-	764
BNDES (b)	4,5% a.a		N/A	15/2/2016	Carta fiança	31.600	576	31.600	576
Antecipação de recebíveis (c)	0,93% do a.m.		N/A	03/01/11 a 18/04/11	Duplicatas	-	185.223	-	185.223
						236.441	307.564	288.293	308.021
Passivo Não Circulante									
BNDES (b)	5,43% a.a		N/A	15/2/2016	Carta fiança	116.377	100.000	116.377	100.000
						116.377	100.000	116.377	100.000
Total de empréstimos e financiamentos						352.818	407.564	404.670	408.021

a) Arrendamento mercantil

Proveniente de Arrendamento Mercantil de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no Ativo Imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

b) BNDES

No exercício de 2010 a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais serão direcionados para atividades inovadoras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia captou a totalidade do financiamento junto ao BNDES.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como segue:

Controladora (BR GAAP)	
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ano	RS (mil)
2013	36.751
2014	36.751
2015	36.751
2016	6.124
Total	116.377

c) Antecipações de recebíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possui contratos de cessão de crédito para antecipação de recebíveis. O montante da antecipação em aberto em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 185.223, que foi registrado na rubrica de empréstimos e financiamento e liquidado de acordo com o vencimento das faturas.

16. PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	64.265	68.959	73.627	70.766
Provisão para comissões	(c)	16.197	19.781	17.029	19.900
Provisão para VPC	(b)	8.877	24.681	13.428	25.297
Provisão para fretes		8.211	5.528	8.556	5.635
Provisão para rebate	(d)	2.236	6.933	3.404	6.948
Outras provisões		10.740	10.247	12.271	10.268
Cut Off provisões		(3.120)	(1.385)	(3.686)	(1.527)
Sub-total		107.406	134.744	124.629	137.287
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	19.747	33.102	20.897	34.251
		<u>127.153</u>	<u>167.846</u>	<u>145.526</u>	<u>171.538</u>

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC – Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate, são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais. Os valores dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRRF	3.677	841	3.677	866
IPI	3.366	1.631	3.365	1.631
INSS	3.128	-	3.128	-
COFINS	1.753	105	2.861	291
PIS	381	23	636	67
Outros impostos e contribuições	2.203	459	3.428	1.530
	14.508	3.059	17.095	4.385

18. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na nota nº 7.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R\$ 29.706 no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida (R\$ 32.651 em 31 de dezembro de 2010), que será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

a) Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentando a seguinte composição:

Ativo	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	28.564	34.701	30.959	34.966
Estoques obsoletos	42.077	14.495	42.263	14.531
Provisão para VPC	5.401	10.878	6.924	11.064
Provisão para comissões	5.507	6.726	5.720	6.756
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	5.807	5.172	5.807	5.172
Provisões obrigações trabalhistas	3.796	2.914	3.811	2.977
Rebate	2.460	2.357	2.610	2.362
AVP	65	-	275	87
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.810	1.952	2.835	1.977
Outras diferenças temporárias	1.799	2.216	1.866	2.190
Diferido não contabilizado	(22.174)	(5.299)	(21.682)	(4.889)
	76.112	76.112	81.388	77.193

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais que demonstra lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores, além da decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Controladora (BR GAAP)				
	2013	2014	2015	2016	Total
Imposto de renda	1.998	11.881	19.337	22.751	55.967
Contribuição social	719	4.277	6.960	8.189	20.145
Total	2.717	16.158	26.297	30.940	76.112

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Passivo	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	8.544	8.206	8.921	8.301
Outras diferenças temporárias	1.667	2.002	2.217	2.536
	10.211	10.208	11.138	10.837

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimento de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor do crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecido é de R\$ 125.899 (R\$ 370.292 de valor base).

b) Corrente

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(67.907)	89.436	(71.769)	90.259
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	23.088	(30.408)	24.401	(30.688)
Exclusão subvenção para investimento	73.258	79.687	78.497	84.621
Exclusão equivalência patrimonial	1.841	6.430	-	-
Outras exclusões / (adições) permanentes	(492)	(896)	(497)	(897)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(97.695)	(55.053)	(98.539)	(54.099)
Receita (Despesa) contabilizada	-	(240)	3.862	(1.063)

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

Referem-se basicamente à:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.731	6.837	645	15.213	8.030	6.837	645	15.512
Provisões reconhecidas	9.273	1.084	730	11.087	9.273	1.084	730	11.087
Reduções por pagamentos	(8.511)	(567)	(142)	(9.220)	(8.511)	(567)	(142)	(9.220)
Saldo em 30 de dezembro de 2011	8.493	7.354	1.233	17.080	8.792	7.354	1.233	17.379

Cível – Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível e causas relacionadas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados.

Tributária – Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

Trabalhista – Processos judiciais em que são discutidas indenizações de cunho trabalhista.

Perda Possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstrados conforme abaixo:

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Tributárias		
ICMS (a)	35.671	29.193
Outros (b)	168.250	129.202
Trabalhista		
Empregados (c)	1.311	3.236
Cíveis		
Órgão Público (d)	12.457	41.034
Consumidor (e)	4.614	2.408
	<u>222.303</u>	<u>205.073</u>

Tributárias

a) ICMS:

a.1) ICMS - A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Estes créditos podem ser passíveis de questionamento pela Secretaria da Fazenda do Paraná, em função do decreto estadual 2.131/2008 ampliado pelo decreto 5.596/2009. Com a referida ampliação, o risco de questionamento foi aumentado para todas as compras realizadas via estados incentivados, que estejam incluídos no decreto 5.596/2009. A Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

b) Tributárias - Outros:

- CIDE – Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

Trabalhistas

- c) Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações de cunho trabalhista.

Cíveis

- d) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União – TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos – ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Companhia de Correios e Telégrafos – ECT: Ação proposta pela Positivo Informática tendo por objeto anular os procedimentos administrativos que culminaram na aplicação de multas pelos Correios à Companhia, suspender a exigibilidade das multas e evitar a inscrição nos cadastros restritivos do poder público - SICAF, CADIN e similares.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo a aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal do Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

- e) Consumidor: São causas relacionadas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados, pleiteando substancialmente a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social

O Capital Social é de R\$ 389.000. O total de ações da Companhia é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

Acionistas	Quantidade de ações (unidades)	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	37.892	37.892
Ações em tesouraria	1.695.508	1.695.508
Ações em circulação	23.973.506	23.973.506
	<u>87.800.000</u>	<u>87.800.000</u>

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

b) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expiraram em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expirarão em 31 de dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, alguns executivos saíram da Companhia e o montante de 9.330 opções, que expirariam em 31 de dezembro de 2012, expiraram no exercício corrente. A quantidade de opções em aberto em 31 de dezembro de 2011 é de 5.664, destinados a diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração, e expirarão em 31 de dezembro de 2012.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

c) Reserva de capital

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i>	2.004	1.992
Reservas de Subvenção para investimentos	118.305	118.305
	<u>120.309</u>	<u>120.297</u>

d) Reserva de lucro

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais	144.455	212.362
Reserva de lucros	81	81
	<u>144.536</u>	<u>212.443</u>

e) Reservas de subvenção para investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual

nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Capital constituída apenas pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

f) Apropriação do Lucro / Prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social. Em 2009 e 2010 não foi constituída a Reserva Legal, devido a Reserva de Capital exceder 30% do Capital Social conforme artigo 193, § 1º da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente foi transferido para a conta de Reserva de Lucros, de acordo com a proposição da administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apurou prejuízo.

g) Dividendos

Conforme ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011 deliberou a distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório do exercício de 2010, no valor de R\$ 22.299, o que equivale a um valor de R\$ 0,25897643 por ação, a serem pagos aos acionistas em uma única parcela, em 15 de dezembro de 2011, sem correção monetária, consignando-se, nos termos do artigo 134, §4º, da Lei das S.As..

h) Ações em Tesouraria

A reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2008 aprovou o plano de recompra de 600.000 ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.695.508 ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de 31 de dezembro de 2011, o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 25.636 (perda de R\$ 18.905 em 31 de dezembro de 2010), conforme abaixo:

Ações	Preço médio de aquisição pela Companhia	Preço das ações em 31/12/11	Custo x Cotação de Mercado
1.695.508	20,90	5,78	(25.636)

22. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita da venda de produtos	2.058.864	2.607.415	2.278.870	2.619.940
Receita de serviços prestados	54.275	52.917	54.275	52.917
	<u>2.113.139</u>	<u>2.660.332</u>	<u>2.333.145</u>	<u>2.672.857</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta	2.113.139	2.660.332	2.333.145	2.672.857
Menos:				
Impostos sobre vendas	(190.412)	(272.450)	(201.253)	(283.781)
Devoluções e abatimentos	(48.923)	(59.747)	(50.601)	(61.471)
Receita líquida	<u>1.873.804</u>	<u>2.328.135</u>	<u>2.081.291</u>	<u>2.327.605</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.348.745	1.543.707	1.495.973	1.505.995
Despesa com pessoal	176.552	204.408	186.977	208.416
Despesas gerais	125.768	126.618	134.875	133.477
Despesa com serviços com terceiros	50.643	70.681	52.309	71.045
Despesa com verba de propaganda cooperada	42.285	56.202	47.966	56.790
Despesa com comissões	46.170	52.365	47.691	53.121
Depreciação e amortização	29.263	20.346	30.119	20.946
Outras despesas operacionais líquidas	136.369	156.248	155.616	162.110
	<u>1.955.795</u>	<u>2.230.575</u>	<u>2.151.526</u>	<u>2.211.900</u>

A Companhia com auxílio de assessoria externa especializada completou, no exercício de 2011 uma profunda reestruturação de sua estrutura de pós-venda, visando maior eficiência na administração de seus estoques, principalmente aqueles destinados a suprir seu parque de máquinas em garantia e melhorar a qualidade de atendimento a seus clientes. Como principais medidas dessa reestruturação, a Companhia decidiu descredenciar um número

significativo de prestadores de serviços e definiu uma nova forma de comercializar máquinas recebidas em devolução/troca.

Como consequência dessas medidas, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, a companhia aprimorou seus critérios de mensuração da provisão para perdas com estoques, buscando refletir na estimativa desta provisão o novo modelo de gestão adotado para os estoques. A aplicação dessa nova metodologia resultou um ajuste de aproximadamente R\$ 51,9 milhões no saldo da provisão para perdas com estoques e baixa de estoques em aproximadamente R\$ 42,8 milhões.

24. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são os seguintes: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais, vendas ao mercado corporativo e vendas de tecnologia educacional. Destes, são seguimentos reportáveis os segmentos Varejo e Governo. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

24.1. Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Varejo	Governo	Varejo	Governo
Receita líquida de vendas	1.434.954	466.255	1.455.432	717.937
Custo dos serviços prestados	(1.085.950)	(404.767)	(1.097.645)	(496.977)
Lucro bruto	349.004	61.488	357.787	220.960
Despesas operacionais	(381.041)	(83.214)	(304.922)	(179.080)
Resultado antes do resultado financeiro	(32.037)	(21.726)	52.865	41.880
Resultado financeiro líquido	(12.508)	(3.887)	(14.305)	(9.322)
Lucro/(prejuízo) antes dos efeitos tributários	(44.545)	(25.613)	38.560	32.558
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	2.126	502	(539)	(351)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(42.419)	(25.111)	38.021	32.207

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida de vendas da Companhia		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.901.209	2.173.369
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	180.082	154.236
	2.081.291	2.327.605

A conciliação entre o total do lucro líquido do exercício dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício da Companhia		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício dos segmentos reportáveis	(67.530)	70.228
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício dos segmentos não reportáveis	(377)	18.968
	<u>(67.907)</u>	<u>89.196</u>

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos.

As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia (descritas na nota explicativa nº 2). O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

24.2. Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Produtos		
Desktops	956.460	1.339.415
Notebooks	987.129	908.362
Outros	137.702	79.828
	<u>2.081.291</u>	<u>2.327.605</u>

24.3. Ativos por segmento

Os ativos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

24.4. Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 121.403 de vendas para o mercado externo (R\$ 3.831 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

24.5. Informações sobre principais clientes

Dois clientes da Companhia foram responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total no exercício de 2011.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
AVP clientes	25.166	24.787	26.938	25.688
Rendimento aplicação financeira	16.271	918	16.271	918
Descontos obtidos com fornecedores	2.057	1.928	2.091	1.948
Outras receitas financeiras	7.107	689	7.624	696
	<u>50.601</u>	<u>28.322</u>	<u>52.924</u>	<u>29.250</u>
Despesas financeiras				
AVP fornecedores	(20.911)	(21.319)	(20.911)	(21.319)
Juros sobre empréstimos	(33.296)	(14.159)	(33.546)	(14.159)
Despesa antecipação de recebíveis	(2.181)	(13.538)	(2.181)	(13.540)
Imposto sobre operações financeiras	(583)	(2.367)	(585)	(2.367)
Outras despesas financeiras	(2.988)	(4.725)	(3.768)	(4.886)
	<u>(59.959)</u>	<u>(56.108)</u>	<u>(60.991)</u>	<u>(56.271)</u>
Total das receitas e despesas financeiras	<u>(9.358)</u>	<u>(27.786)</u>	<u>(8.067)</u>	<u>(27.021)</u>
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	11.245	10.213	11.245	10.213
Perda na cobertura cambial	(5.520)	(11.678)	(5.520)	(11.678)
Ganho na variação cambial	30.924	44.327	35.017	47.178
Perda na variação cambial	(45.917)	(42.111)	(51.621)	(44.138)
	<u>(9.268)</u>	<u>751</u>	<u>(10.879)</u>	<u>1.575</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.626)</u>	<u>(27.035)</u>	<u>(18.946)</u>	<u>(25.446)</u>

26. SEGUROS – CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2011 a 01/04/2012
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2011 a 01/04/2012
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	12.000	30/09/2011 a 30/09/2012
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2011 a 01/10/2012

27. LUCRO POR AÇÃO

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Básico		
Numerador básico		
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(67.907)	89.196
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.050
Lucro/(prejuízo) por ação - Básico	(0,7887)	1,0366
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro/(prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(67.907)	89.196
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias	86.104	86.050
Lucro/(prejuízo) por ação - Diluído	(0,7887)	1,0366

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	86.104	86.050
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Opções de empregados	-	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>86.104</u>	<u>86.050</u>

As seguintes ações ordinárias potenciais são antidilutivas e, portanto, foram excluídas da quantidade média ponderada de ações ordinárias para o cálculo do lucro diluído por ação:

	31/12/2011	31/12/2010
Opções de empregados	6	146

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação para alavancar seus resultados financeiros. A Companhia pratica operações de opção de compra de dólar e também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados.

Adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos:

A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

O montante e tipo de modalidade (opção de compra ou NDF) a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares e estão apresentadas conforme orientações contidas na deliberação CVM 550/08.

28.1. Índice de endividamento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Dívida Líquida				
Dívida (a)	335.931	404.763	387.783	405.220
Caixa e saldos de bancos	146.047	89.591	156.707	89.817
	189.884	315.172	231.076	315.403
Patrimônio Líquido (b)	619.172	686.310	619.172	686.310
Índice endividamento líquido	0,31	0,46	0,37	0,46

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo recebível das operações de swap vinculadas aos empréstimos.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

28.2. Categoria de instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados.

Ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas a receber são classificadas como empréstimos e recebíveis. Seus respectivos valores contábeis se aproximam de seus valores de mercado.

Passivos financeiros não derivativos: Os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, são classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e seus respectivos valores contábeis se aproximam com os seus valores de mercado (com exceção do empréstimo captado junto ao BNDES, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 147.977 e o valor justo é de R\$ 134.700).

28.3. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os “swaps” são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

28.4. Contratos futuros de moeda

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía opções de compra de dólar.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor lastreado, em operações de opções, era de USD 5.100 mil e o prêmio era de R\$ 78.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possui operações de NDF (*Non Deliverable Forward*).

Em 31 de dezembro de 2010, o valor lastreado, em operações de NDF's, era de USD 28.800 mil e o resultado líquido a pagar era de R\$ 1.008.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2011 com compras internalizadas e compras em trânsito é de USD 95.252 mil. Para os projetos de licitações do governo a exposição cambial estimada é de USD 113.311 mil.

Até 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia obteve os seguintes ganhos e perdas nas suas operações com instrumentos financeiros:

Instrumento	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
NDF	8.122	(3.047)	5.075	9.445	(9.911)	(466)
Opções	3.123	(2.473)	650	768	(1.767)	(999)
Total	11.245	(5.520)	5.725	10.213	(11.678)	(1.465)

Os resultados apresentados na tabela acima estão registrados no resultado financeiro, conforme apresentado na nota nº 25.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)

Operação	Taxas	Valor USD	Provável R\$	Possível (Baixa) R\$	Remoto (Baixa) R\$	Possível (Alta) R\$	Remoto (Alta) R\$
Cenário			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
			(Bacen)	-25%	-50%	25%	50%
Taxa Dólar (cenário)			1,8200	1,4069	0,9379	2,3448	2,8137
Efeito Caixa							
Compras:	(Fechamento)						
Compras internalizadas	1,8758	89.679	5.004	42.055	84.110	(42.055)	(84.110)
Compras em trânsito	1,8758	5.573	311	2.613	5.227	(2.613)	(5.227)
Projetos de governo (estimado)	1,8758	113.311	6.323	53.137	106.274	(53.137)	(106.274)
Compras totais estimadas (exterior)	1,8758	208.563	11.638	97.805	195.611	(97.805)	(195.611)
Cobertura cambial:	(Contratada)						
Opções de compra de dólares	-	-	-	-	-	-	-
Non Deliverable Forward - NDF	-	-	-	-	-	-	-
Cobertura total	-	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida estimada (c/ compras em trânsito)		208.563					
Resultado líquido estimado (c/ compras em trânsito)			11.638	97.805	195.611	(97.805)	(195.611)
Exposição líquida estimada (s/ compras em trânsito)		202.990					
Resultado líquido estimado (s/ compras em trânsito)			11.327	95.192	190.384	(95.192)	(190.384)

- O cenário provável reflete a expectativa de cotações do BACEN – Banco central do Brasil, em 31 de dezembro de 2011.
- O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.
- O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.
- O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.
- O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

As compras totais são compostas de compras já internalizadas e de compras em trânsito. A Administração entende que as compras em trânsito no momento da internalização podem produzir resultado diferente do apresentado.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2011. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de

deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em 31 de dezembro de 2011 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.5. Contratos de “Swap”

Contratos em aberto que recebem variação cambial e pagam taxas de juros pós-fixadas	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxa prefixada		Valor nominal		Valor justo líquido	
	média contratada (% do CDI)					
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Menos de um ano	97,36	91,05	189.601	116.810	16.887	2.801
			<u>189.601</u>	<u>116.810</u>	<u>16.887</u>	<u>2.801</u>

Os “swaps” são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos “swaps” corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Todos os contratos de “swaps” que trocarem variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de “swaps” e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do exercício.

O saldo em aberto nas operações de swap está reconhecido em conta específica – Crédito de instrumentos financeiros, no balanço patrimonial.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Companhia, conforme requerida pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção de taxas de juros em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Análise de sensibilidade - Ganho/(Perda)							
Operação	Taxas	Valor Nominal	Provável	Possível (Baixa)	Remoto (Baixa)	Possível (Alta)	Remoto (Alta)
Cenário	97,36		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
			(Cetip)	-25%	-50%	25%	50%
Swap		189.601	16.887	12.665	8.444	21.109	25.331
Cobertura total		<u>189.601</u>	<u>16.887</u>	<u>12.665</u>	<u>8.444</u>	<u>21.109</u>	<u>25.331</u>

- O cenário provável reflete as taxas do CDI em 31 de dezembro de 2011.
- O cenário possível de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2011.

- c) O cenário remoto de baixa é representado pela redução da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2011.
- d) O cenário possível de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 25% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2011.
- e) O cenário remoto de alta é representado pelo aumento da taxa do CDI de 50% em relação à taxa em 31 de dezembro de 2011.

Vale ressaltar que os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade acima refletem os impactos para cada cenário numa posição estática das operações de “swaps” para o dia 31 de dezembro de 2011. O dinamismo do mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição atual. Em caso de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos visando maximizar a relação risco retorno para a Companhia.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

28.5.1. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A nota explicativa nº 28.5.3 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

28.5.2. Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

Controladora (BR GAAP)						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	100,86	205.933	16.274	14.876	-	237.083
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	82,25	8.564	204.644	32.894	126.540	372.642
Partes relacionadas	-	1.196	-	3.471	-	4.667
	214.497	222.114	47.770	130.011	-	614.392
31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	99,59	126.205	92.390	7.862	76	226.533
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	79,42	131.176	175.094	4.048	108.102	422.615
Partes relacionadas	-	806	-	28.565	-	29.371
	257.381	268.290	11.910	136.743	4.195	678.519

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	100,86	221.613	46.648	14.876	-	283.137
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	82,25	20.475	236.245	41.433	126.540	424.693
Partes relacionadas	-	1.196	-	-	-	1.196
	242.088	284.089	56.309	126.540	-	709.026
31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	99,59	134.625	105.890	9.362	76	249.953
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	79,42	131.176	175.103	4.048	108.102	422.624
Partes relacionadas	-	818	-	-	-	818
	265.801	281.811	13.410	108.178	4.195	673.395

Ativos financeiros

Controladora (BR GAAP)					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2011					
Caixa e bancos		8.453	-	-	8.453
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,45	137.594	-	-	137.594
Contas a receber de clientes	100,86	249.541	213.707	17.949	481.197
Partes relacionadas	-	-	-	16.942	20.495
	395.588	213.707	21.502	16.942	647.739
31 de dezembro de 2010					
Caixa e bancos		6.712	-	-	6.712
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,00	82.879	-	-	82.879
Contas a receber de clientes	99,59	339.835	278.186	5.731	623.752
Partes relacionadas	-	-	-	942	20.275
	429.426	278.186	6.673	19.333	733.618

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2011					
Caixa e bancos		15.487	-	-	15.487
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,45	141.220	-	-	141.220
Contas a receber de clientes	100,86	275.303	266.686	22.833	564.822
Partes relacionadas	-	-	-	16.607	16.607
	432.010	266.686	39.440	-	738.136
31 de dezembro de 2010					
Caixa e bancos		6.938	-	-	6.938
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	101,00	82.879	-	-	82.879
Contas a receber de clientes	99,59	340.944	280.526	6.907	628.377
Partes relacionadas	-	-	-	942	942
	430.761	280.526	7.849	-	719.136

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do exercício.

	Controladora (BR GAAP) Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	De um a	
	três meses R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2011		
"Swaps"	16.887	16.887
	16.887	16.887
31 de dezembro de 2010		
"Swaps"	2.801	2.801
NDFs	1.008	1.008
	3.809	3.809

28.5.3. Linhas de financiamentos

	Controladora (BR GAAP) Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação		
Utilizada	-	-
Não utilizada	8.000	4.000
	8.000	4.000

29. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

- a) Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes conforme a descrição dos planos abaixo:

Plano I												
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2011	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	-	11/12/2006	2009	-	6/9/2007	3,2650	500	121	379	-	-	-
2	-	Média Dez.2008	2010	-	6/9/2007	10,0614	1.455	32	100	1.323	-	-
3	-	Média Dez.2009	2011	-	6/9/2007	13,8141	1.888	31	98	1.267	489	-
Plano II												
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2011	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2011	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	2007	2008	2009	2010	2011
1	-	Média Dez.2008	2010	-	28/8/2008	1,3257	36	-	12	25	-	-
2	-	Média Dez.2009	2011	-	28/8/2008	2,5195	61	-	9	31	21	-
3	5.664	Média Dez.2010	2012	9,94	28/8/2008	3,5323	73	-	8	31	21	12
Despesa Total Apropriada								184	606	2.677	531	12

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2006 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia para diretores e gerentes selecionados, bem como para outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

O plano I, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2007, totalizava originalmente 459.500 opções e era dividido em três lotes iguais. Em 31 de dezembro de 2011, não havia opções em aberto.

Até 30 de setembro de 2009 a Companhia divulgou os cálculos projetados de efeito do exercício das opções com base no custo médio ponderado considerando a cronologia de aquisição das ações para cada lote de opções. A partir de 01 de outubro de 2009 a Companhia está utilizando para os cálculos projetados de efeito do exercício das opções o custo médio total das ações adquiridas em tesouraria, com base na Instrução CVM nº 10 de 1980, que dispõe sobre o valor de alienação ou cancelamento das ações em tesouraria.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R\$ 23,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 11 de dezembro de 2006 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste segundo lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 105.982 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do terceiro lote foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo índice IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data do exercício. O período de exercício deste terceiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O plano II, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, totalizava originalmente 89.000 opções e era dividido em três lotes iguais. Em 31 de dezembro de 2011 atualizado com o desligamento de alguns beneficiários e exercícios ocorridos, o total de opções é 5.664.

O preço de exercício do primeiro lote foi definido em R\$ 7,50, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, sendo que foram exercidas 23.010 opções. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do segundo lote foi definido em R\$ 21,10, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2009 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. O período de exercício deste primeiro lote foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, o qual foi encerrado sem nenhum exercício de opção. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90.

O preço de exercício do terceiro lote, o qual atualmente conta com 5.664 opções em aberto foi definido em R\$ 9,71, corrigido pelo IGPM, a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato

até a data de exercício. Este terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A Companhia adquiriu as ações para este lote a um preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 31 de dezembro de 2011, o efeito no patrimônio e no resultado seria uma despesa de R\$ 62, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de aquisição pela Companhia	Preço de exercício em 31/12/2011	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano II/Lote 3	5.664	20,90	9,94	62

Pelo fato da Companhia ter adquirido ações para fazer frente às opções eventualmente exercidas, não haverá diluição de participação dos acionistas quando do exercício das opções.

As premissas utilizadas para precificação das opções se deram pelo modelo de Black-Scholes.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2012.